

**UM PEQUENO GUIA DE
METODOLOGIA
JURÍDICA FRANCESA PARA
TRABALHOS UNIVERSITÁRIOS
DESTINADO A ESTUDANTES
ESTRANGEIROS**



GUIDES MÉTHODOLOGIQUES

ÉDITIONS HENRI CAPITANT



Um pequeno guia de metodologia jurídica francesa para trabalhos universitários destino a estudantes estrangeiros



Um pequeno guia de metodologia jurídica francesa para trabalhos universitários destino a estudantes estrangeiros



Um pequeno guia de metodologia jurídica francesa para trabalhos universitários destino a estudantes estrangeiros

Escrito por Claire Séjean-Chazal - Professora de direito civil e secretária geral da Association Henri Capitant.

Traduzido para o português por Fernanda Sabrinni-Chatelard, José Gabriel Assis de Almeida e Mickael Viglino.



INDICE

Indice	5
INTRODUÇÃO	7
CONSELHOS GERAIS	9
DISSERTAÇÃO “DISSERTATION”	17
COMENTÁRIO DE TEXTO OU DE ARTIGO DE LEI “COMMENTAIRE DE TEXTE” .	25
FICHA DE JURISPRUDENCIA (ANTES DE COMENTAR UMA DECISÃO JUDICIAL) “FICHE DE JURISPRUDENCE” (PREALABLE AU COMMENTAIRE DE DECISION DE JUSTICE)	29
COMENTÁRIO DE UMA DECISÃO PROFERIDA POR UM TRIBUNAL “COMMENTAIRE DE DECISION DE JUSTICE”	35
CASO PRÁTICO “CAS PRATIQUE”	43
BÔNUS: CONSELHOS ADICIONAIS DE ESTUDANTES QUE SOBREVIVERAM À FACULDADE DE DIREITO FRANCESA	53
CONSELHOS BIBLIOGRÁFICOS	57
ABREVIATURAS DOS PRINCIPAIS PERIÓDICOS JURÍDICOS	57



Um pequeno guia de metodologia jurídica francesa para trabalhos universitários destino a estudantes estrangeiros



INTRODUÇÃO

Os estudantes estrangeiros que vêm para a França para estudar expressam frequentemente as sérias dificuldades que encontram para redigir trabalhos, exercícios e responder a provas e a exames, quando são confrontados com a metodologia jurídica francesa. A metodologia jurídica francesa é geralmente explicada aos estudantes do primeiro ano, e é também rapidamente considerada como tendo sido compreendida e adquirida pelos estudantes. Após essa apresentação inicial, ela será lembrada apenas em linhas gerais, por exemplo durante a correção, pelo examinador, de um trabalho acadêmico, durante um exercício, uma resposta a uma prova ou uma avaliação.

O estudante estrangeiro também expressa dificuldade com relação à estrutura binária frequentemente imposta pela mente do advogado francês, à qual o estudante só consegue se adaptar com alguma frustração.

Se você se reconhecer em qualquer uma destas duas situações, ou se desejar continuar os seus estudos de direito na França, estas poucas páginas destinam-se a guiá-lo na aprendizagem da metodologia "à la française".

No decurso dos estudos de direito em uma universidade francesa, os estudantes irão encontrar diferentes tipos de trabalhos, utilizados tanto nas aulas de trabalhos práticos como nos exames e provas finais. O domínio das regras de metodologia é uma das condições indispensáveis para o sucesso do aluno, uma vez que um trabalho que não respeite rigorosamente a metodologia não pode resultar na aprovação do estudante. Em sentido inverso, o respeito escrupuloso da metodologia é a primeira chave para o sucesso. Os principais trabalhos são:

- a dissertação
- o comentário de um texto ou artigo de lei
- a ficha de jurisprudência (prévia ao comentário de uma decisão proferida por um tribunal)
- o comentário de decisões proferidas por tribunais
- o estudo de caso



Estes exercícios correspondem a diferentes propósitos do processo de aprendizagem do aluno: identificar os pontos relevantes de um problema jurídico, combinar os conhecimentos do aluno para responder a uma questão transversal, determinar o alcance de uma decisão jurídica, encontrar a solução para resolver um problema prático... e sempre suscitar as perguntas certas e, assim, compreender que o direito não é uma ciência exata.

As expectativas com relação a cada trabalho serão detalhadas nos próximos capítulos.

Contudo, há algumas medidas obrigatórias para obter um bom resultado nos exercícios e, portanto, começaremos com alguns conselhos de caráter geral.



CONSELHOS GERAIS

Em primeiro lugar, como todas as profissões jurídicas francesas exigem um bom domínio da língua francesa, a habilidade da escrita é muito apreciada nos futuros advogados. A qualidade da ortografia e da expressão em francês é, portanto, fundamental. Algumas folhas de resposta usadas nas provas e nos exames têm um lugar especial (um quadrado) para assinalar que a língua nativa do estudante não é o francês: assim, não hesite em marcar um "x" neste quadrado!

A apresentação do texto deve ser clara, pois a resposta da prova ou exame é a única impressão de si mesmo que o estudante pode dar ao examinador. Para tal, o estudante deve assegurar-se que a sua caligrafia é legível e regular. Palavras riscadas devem ser evitadas. Os asteriscos e outras notas de referência cruzada ou rodapé devem ser evitados: é que eles frequentemente refletem um problema na construção do raciocínio do aluno e complicam desnecessariamente a leitura para o examinador. Reserve algum tempo para organizar, sob a forma de rascunho, os seus argumentos e abandone o hábito de inserir um argumento dentro do outro (a função "copiar e colar" não existe numa folha de respostas de um exame).

Introdução

A introdução do seu trabalho deve começar com uma *frase de "gancho"* ou de *"ataque"*, concebida para chamar e prender a atenção do leitor. É também importante mostrar ao seu examinador, desde a primeira frase, que você compreendeu o assunto. Pode-se utilizar uma citação, uma novidade (legislativa, tecnológica, moral etc.), um acontecimento atual (um julgamento mediático, uma reforma legislativa etc.). Por outro lado, devem ser evitadas declarações banais (por exemplo: "Desde tempos imemoriais...", "É bem sabido que...", "Este assunto tem sofrido uma evolução notável...").



A introdução deve continuar com uma *apresentação do tema* (uma definição inicial dos elementos do tema, no caso de uma dissertação; uma apresentação do artigo ou da decisão comentada, se se tratar de um comentário etc.).

A seguir, deve ser apresentado o *contexto do tema*. Para tal, é útil situá-lo tanto no tempo (história, desenvolvimentos legislativos etc.) como no espaço (direito comparado, influências europeias ou comunitárias).

Estes elementos conduzem à apresentação da *questão em jogo*: por que este tema é importante? Quais são as últimas informações a seu respeito?

Finalmente, a introdução deve terminar com a *apresentação do plano (ou sumário)*. Este plano normalmente divide-se em duas partes, que devem ser indicadas de forma explícita por (I) e (II). Uma boa técnica para apresentar o plano é escrever primeiro uma ou duas frases explicando as duas ideias principais do trabalho e, depois, delas derivar a apresentação do plano, usando as mesmas exatas palavras que serão usadas nos títulos das partes I e II. Nesta fase, você não deve ter medo da repetição, que é a melhor ferramenta do professor!

Corpo do trabalho

O corpo do trabalho deve ter **um plano aparente**. Após o anúncio do plano no final da introdução, o título da primeira parte (parte I) deve ser reproduzido tal como anunciado na introdução. Depois, cada parte começará com a apresentação das suas subpartes que a compõem (**A e B**), por meio de uma ou duas frases que continuarão a guiar o leitor. Esta parte chama-se o "chapéu" ("chapeau") inicial de cada parte. O mesmo procedimento deve ser seguido para a parte II.

Ainda que possa ser uma surpresa para o estudante que não está familiarizado, é essencial que a estrutura do trabalho fique claramente visível e compreensível para o leitor. É o padrão do advogado francês. Basta abrir qualquer revista de



Direito e os artigos ou comentários são quase todos estruturados desta forma: com um plano visível e evidente, tal como ensinado na universidade. Isto permite que o leitor tenha, desde logo, uma visão rápida das ideias desenvolvidas pelo autor, antes de iniciar uma leitura aprofundada.

O mesmo se aplica à exigência de um plano estruturado, na maioria das vezes, de forma "binária", ou seja, em duas partes e cada parte, em duas subpartes. A estruturação do plano em mais de duas partes é rara no direito francês, embora seja difícil encontrar uma justificação para esta regra. Por vezes invoca-se a natureza dicotômica das distinções jurídicas (princípio x exceção, pessoa x propriedade, bem móvel x bem imóvel etc.), a necessidade de clareza da exposição, a redutibilidade de qualquer debate a uma apresentação binária etc. Mais do que uma regra justificada pelos seus méritos, o plano bipartido deve ser visto como uma prática enraizada nos costumes jurídicos franceses, à qual é aconselhável submeter-se, quanto mais não seja para treinar a mente para se expressar com clareza, síntese e fácil compreensão. Na realidade, o que está realmente excluído na metodologia francesa é propor um raciocínio "ponto por ponto". Pelo contrário, exige-se dos estudantes que desenvolvam a análise através de ideias chave que abranjam todos os elementos necessários para tratar toda a extensão do tema. Assim, é razoavelmente possível (a menos que o professor ordene expressamente o contrário) desenvolver um plano em torno de três ideias. Por outro lado, não se justificaria usar mais do que três: quatro ideias são, na prática, muitas vezes redutíveis a duas, e uma divisão em cinco partes (ou mais) deixaria de satisfazer a exigência de construir o raciocínio em torno das ideias principais do tema.

Portanto, o plano escolhido deve ser o mais claro possível: a sua simples leitura deve permitir ao examinador verificar se o aluno não está fora do tema e se está fazendo um trabalho correto, com uma construção lógica e dinâmica.

Está se perguntando como **redigir o seu plano**? Aqui vão alguns conselhos. Os títulos devem satisfazer vários requisitos:

- Devem ser curtos. Uma linha deve ser suficiente.



- Não devem conter verbos conjugados. Em vez disso, pode-se utilizar infinitivos e participípios presentes ou passados (por exemplo, agravar, facilitar, melhorar etc.). Por exemplo, não escreva "A lei da responsabilidade evoluiu", mas "A evolução da lei da responsabilidade".
- Devem expressar uma ideia específica para o tema, e não ser "fungíveis", ou seja, não devem ser utilizáveis para um trabalho sobre um tema completamente diferente. Portanto, pergunte-se se o seu título pode aplicar-se a qualquer outro tema: se a resposta for sim, então o título não é suficientemente específico.

Cada título deve expressar uma ideia e apenas uma ideia. Os títulos das subpartes devem fornecer mais detalhes a partir da ideia expressa no título dessa parte. Por exemplo, os títulos de A e B devem ser o desenvolvimento da ideia expressa no título I ou II. Deste modo, assegura-se que o leitor possa seguir o raciocínio do autor apenas lendo os títulos.

No corpo do trabalho faça transições de uma subsecção (seja ela uma subparte ou uma subsubparte) para a seguinte, reiterando a lógica do seu argumento. Este é um esforço pedagógico importante, para deixar claro o seu raciocínio.

Finalmente, assegure-se que as partes estão equilibradas em termos de tamanho. Se não for o caso, este desequilíbrio pode indicar um problema na construção do plano.

Conclusão

Normalmente, uma conclusão não é necessária nos trabalhos jurídicos. Contudo, isto não exclui um resumo muito breve das duas ideias principais que justificaram o plano, ou uma ligação do tema do trabalho a um outro tema mais amplo, ou, ainda, uma frase final que ecoe a frase inicial, criando um efeito de "loop", o que pode ser uma forma elegante de sinalização de que o raciocínio está completo.



Por outro lado, há duas coisas que devem ser evitadas a todo custo:

- Repetir, redundantemente, o que o trabalho já declarou;
- Começar a tratar do assunto na conclusão, pois você percebeu tardiamente que se esqueceu de algo fundamental no corpo do texto (é melhor contar com a distração do examinador - o que é improvável - do que você mesmo denunciar que se esqueceu de um ponto essencial nos seus argumentos...).



Exemplo de estrutura de um trabalho:

<p>[Fin de l'introduction]. La définition de la responsabilité fondée sur la faute, parce qu'elle est large, est de nature à entraîner une responsabilité générale et abstraite. Mais en réalité, on observe que le domaine de la responsabilité pour faute est aujourd'hui concurrencé par les régimes spéciaux. Nous verrons d'abord que le domaine de la responsabilité pour faute continue d'avoir une vocation générale (I), mais qu'en pratique, son application est aujourd'hui concurrencée (II).</p> <p><u>I Une vocation générale</u></p> <p>L'hégémonie traditionnelle de la faute était telle que non seulement elle constituait le fait générateur principal de responsabilité (A), mais qu'elle a également servi de fondement aux faits générateurs (B).</p> <p>A- La faute : un fait générateur de principe</p> <p>[Contenu du A] Transition</p> <p>B- La faute : un fondement pour les faits générateurs spéciaux</p> <p>[Contenu du B] Transition</p> <p><u>II Une application concurrencée</u></p> <p>La responsabilité pour faute n'a plus de vocation de principe aujourd'hui, dans les faits, pour deux raisons. Non seulement, le domaine de la faute lui-même a diminué, au profit d'une conception plus objective de la responsabilité, mais les réglementations</p>	<p>[Fim da introdução]. A definição de responsabilidade com base na culpa, por ser ampla, é susceptível de resultar em uma responsabilidade geral e abstrata. No entanto, na realidade pode-se ver que o campo da responsabilidade com base na culpa é atualmente desafiado por regimes especiais. Veremos, em primeiro, que o campo da responsabilidade por culpa continua a ter uma vocação geral (I), mas que, na prática, a sua aplicação é atualmente contestada (II).</p> <p><u>I Uma vocação geral</u></p> <p>A hegemonia tradicional da culpa foi tal que ela não só constituiu o fato gerador principal da responsabilidade (A), mas também serviu de base para os fatos geradores especiais (B).</p> <p>A- A culpa: um fato gerador de princípio</p> <p>[conteúdo de A]. Transição</p> <p>B- A culpa: um fundamento para os fatos geradores especiais</p> <p>[conteúdo de B]. Transição</p> <p><u>II Uma aplicação contestada</u></p> <p>Hoje em dia, a responsabilidade por culpa já não tem a vocação de um princípio, por duas razões. Não apenas o campo no qual a culpa era aplicada se reduziu, em favor de uma concepção mais objetiva da responsabilidade, como também proliferaram regramentos verdadeiramente especiais na esfera do</p>
---	--



<p>véritablement spéciales ont proliféré en droit de la responsabilité. Nous envisagerons donc d'abord le développement de responsabilités objectives (A) puis la diversification des responsabilités spéciales (B).</p> <p>A- Le développement de responsabilités objectives</p> <p>[Contenu du A] Transition</p> <p>B- La diversification des responsabilités spéciales</p> <p>[Contenu du B]</p>	<p>direito da responsabilidade. Por conseguinte, iremos considerar, em primeiro lugar, o desenvolvimento da responsabilidade objetiva (A) e, depois, a diversificação das responsabilidades especiais (B).</p> <p>A- O desenvolvimento da responsabilidade objetiva</p> <p>[conteúdo de A]. Transição</p> <p>B- A diversificação das responsabilidades especiais</p> <p>[conteúdo de B].</p>
---	--



Um pequeno guia de metodologia jurídica francesa para trabalhos universitários destino a estudantes estrangeiros



DISSERTAÇÃO “DISSERTATION”

A **dissertação** é um exercício no qual se pede ao aluno que apresente uma reflexão sólida, estruturada e, se possível, crítica sobre um determinado assunto. É uma forma de avaliar não apenas os conhecimentos de base do aluno, mas também a sua capacidade de construir uma argumentação clara, lógica e convincente.

A **chave para o sucesso** em uma dissertação é ser capaz de identificar a questão por detrás do tema e dar-lhe uma resposta correspondente. A dissertação envolve, portanto, a reunião de conhecimentos (aulas teóricas, aulas práticas, leituras individuais) sobre o assunto. Contudo, o objetivo nunca é recitar ou reproduzir o material da disciplina, uma vez que isto não seria uma reflexão. Deste modo, o material da disciplina não só deve ser conhecido, mas, sobretudo, compreendido. Uma boa dissertação é aquela na qual o examinador pode sentir que o aluno fez uma reflexão cuidadosa sobre o tema. Uma dissertação é escrita em várias etapas.

A etapa preparatória:

Passo 1: Compreender o tema.

O tema é frequentemente breve, consistindo em uma frase e não tem mais do que duas linhas. Está tudo ali. O tema nunca deve ser perdido de vista, deve estar presente em cada momento do processo de preparação e escrita da dissertação.

A compreensão do significado do tema começa com a *compreensão de cada uma das palavras que o compõem*. Todas as palavras devem ser cuidadosamente estudadas.

Comece por procurar as definições. Cada palavra que compõe o tema tem um significado literal, mas também pode ter um significado jurídico diferente do



comum. É, portanto, útil utilizar tanto um dicionário geral de língua francesa como um dicionário de termos jurídicos. É também aconselhável estudar os opostos ou sinônimos.

Em seguida, analise a *redação geral do tema*, fazendo a si próprio perguntas tais como:

-Plural ou singular?

-Que conjunção de coordenação é usada: e, ou...?

Por exemplo: num tema como "*O juiz E o contrato*", nunca se deve estudar um e depois o outro; o objetivo do tema é precisamente colocar os dois juntos, compará-los e ver a relação entre eles.

-Qual é o significado do verbo usado na pergunta?

Por exemplo, "*podemos remediar...*" ou "*devemos remediar...*" não implica a mesma argumentação nem resulta na mesma dissertação. De igual modo "*podemos reforçar...?*" ou "*quais são as formas de reforçar...?*" são duas perguntas diferentes que requerem duas respostas distintas.

Após este trabalho de análise detalhada, você pode afastar-se dos detalhes e olhar para o tema sob uma forma mais geral. Em que sentidos o tema é interessante ou relevante, em especial no que toca a atualidade. Quais dificuldades podem ser identificadas?

Passo 2: Reunir e organizar os seus conhecimentos sobre o tema.

Esta etapa requer um perfeito domínio da disciplina, ministrada nas aulas teóricas, bem como dos estudos aprofundados realizados nas aulas de trabalhos práticos. Deste ponto de vista, pode ser útil, durante as suas revisões, recordar os principais títulos da disciplina e os seus principais desenvolvimentos. No entanto, você não deve cair na armadilha clássica de simplesmente transcrever tudo o que você conhece sobre o tema. A dissertação não é um exercício de recitação, de repetição, ou de reprodução, mas sim de exploração do seu conhecimento para responder à questão específica que foi colocada pelo tema. O conhecimento adquirido durante as aulas da disciplina deve apenas servir



como base para uma reflexão pessoal do aluno. Lembre-se que lhe é pedido que faça uma reflexão transversal, que deve combinar vários aspectos do que foi aprendido durante as aulas e, por vezes, vários aspectos diferentes. Seja metódico, refletindo sobre um assunto de cada vez. Faça um resumo breve dos conceitos-chave que você identificou como relevantes para este tema.

Agora, é necessário organizar toda a informação que você reuniu. Você precisa ser capaz de definir o tema com maior exatidão e de elaborar uma lista de perguntas e ideias-chave que serão incluídas na dissertação. Use o papel de rascunho para anotar os exemplos relacionados a cada ideia e que servirão para ilustrar os seus argumentos (se eles forem relativos a acontecimentos atuais, melhor ainda).

É este trabalho de reunião de informações que lhe permitirá identificar o problema.

Passo 3: Identificar o problema (ou uma problemática) e preparar um plano.

Esta é provavelmente a etapa mais complicada e demorada (o que também é verdade quando se trata do comentário de lei ou do comentário de decisão judicial).

Esta etapa requer uma concentração considerável e é essencial para o trabalho. A partir do tema colocado, você deve identificar a questão à qual você tentará dar uma resposta na dissertação. É obrigatório elaborar um plano lógico e bem construído que responda de uma forma clara e consistente à questão que você identificou. O plano é a expressão sintética das respostas que você dará às questões levantadas pelo tema. Para construir o plano, não se deve começar por ele. Deve-se começar por procurar as respostas às questões levantadas pelo tema; uma vez encontradas essas respostas, um plano lógico deve emergir e se tornar evidente.

Não existe um plano padrão: por um lado, porque cada tema é diferente e cada forma de abordá-lo é válida, e por outro lado, porque os pontos de vista sobre



um determinado tema podem ser diferentes. No entanto, não se deve hesitar em utilizar planos muito clássicos, que são, por vezes, a escolha mais clara e segura. São exemplos de formas clássicas de plano as seguintes divisões do tema: condições/efeitos; conceito/regime; causas/consequências; antes/depois; formação/execução; por quê/como; natureza/regime; fluxo/refluxo; ascensão/declínio; princípios/limites; lei positiva/ lei prospectiva etc.

Ao se adotar um dos modelos do plano clássico, algumas precauções devem ser tomadas. Em primeiro lugar, é importante tentar esconder a simplicidade do plano usando títulos de partes e subpartes que utilizam as palavras do tema objeto da dissertação. Em segundo lugar, a simplicidade do plano deve ser compensada por uma argumentação muito sólida e irrefutável.

No entanto, sempre que possível, você deve desenvolver um plano baseado em ideias, específico para o tema e que mostre como você irá desenvolver a sua argumentação.

Finalmente, é preciso ter cuidado com os planos inadequados que podem ser sugeridos pelo tema, tais como "as vantagens e as desvantagens ", que inevitavelmente conduzirão a repetições.

O plano deve ser evidente e sobressair no texto. O que significa que os títulos dados a cada parte (I, II) e a cada subparte (A, B) devem ser claramente mostrados na dissertação.

A fase de redação:

Passo 4: Escrita.

Esta é a parte mais pesada da dissertação, exigindo uma excelente clareza de expressão e um perfeito domínio da ortografia, sintaxe e gramática.



Em primeiro lugar, a **introdução**. Ela deve estabelecer o tema e definir os seus limites. Deve ser construída à maneira de um "funil": isto é, começar do mais geral para o mais específico.

A introdução começa com uma frase "gancho" relacionada com o tema (citação doutrinária, acontecimento atual, fato histórico), ou uma frase geral que esboça o tema de uma forma abrangente.

A introdução continua com uma explicação do tema, a partir de uma definição dos seus termos. Se houver uma diferença entre o significado comum e o significado jurídico, deve-se começar por explicar a definição em linguagem comum (a mais geral), e depois passar à definição jurídica (a específica), ou até mesmo à definição específica no tema em questão (por exemplo, a expressão "droit de suite" tem um significado diferente no direito das garantias e no direito de propriedade intelectual). Caso o aluno conheça a etimologia dos termos, não deve hesitar em a utilizar.

A seguir, é necessário delimitar o tema: o que o tema abrange e o que nele não está incluído. Deve ser explicado por que razão certos tópicos serão excluídos. Toda a exclusão é, em princípio, legítima, desde que seja legalmente justificada e devidamente explicada pelo estudante.

A introdução prossegue esclarecendo o contexto e o interesse do tema. Como se situa o tema no espaço (direito comparado)? E no tempo: qual é a sua atualidade? A introdução pode destacar os interesses históricos ou contemporâneos do assunto. Qual é o seu significado? Quais são os debates que o rodeiam?

Em seguida, a questão central (ou problemática) é colocada, usualmente, sob a forma de uma pergunta. Esta é a pergunta à qual a dissertação tentará responder e é o fio condutor da argumentação. Sem uma verdadeira problemática, a dissertação é muitas vezes apenas uma recitação ou reprodução



do material do curso e, portanto, não responde ao tema. Após ser formulada, a problemática pode ser explicada rapidamente.

Finalmente, a introdução termina com a apresentação formal do plano (por exemplo, "por isso devemos primeiro examinar [*título da primeira parte*] (I) antes de passarmos a analisar [*título da segunda parte*] (II)). Todos estes elementos tornam a introdução uma passagem bastante longa: quase tão longa como uma parte do corpo do trabalho.

A redação do **corpo do trabalho** não segue um método específico para a dissertação e devem ser observados os conselhos gerais acima.

Não obstante, cabem alguns conselhos específicos.

Em primeiro lugar, para garantir que se está a argumentar e não a recitar ou reproduzir o material da disciplina, não se deve hesitar em utilizar regularmente a forma interrogativa e em dar uma resposta às perguntas que você mesmo suscita. Isto força uma dinâmica de demonstração e argumentação, quebrando ao mesmo tempo a monotonia da leitura para o examinador. Do mesmo modo, devem ser usados conectores lógicos (por exemplo: de fato; portanto; ao contrário; depois; por causa; ao contrário de...).

Para acrescentar peso à demonstração e argumentação, não tenha dúvidas em usar exemplos. Em princípio, cada ideia teórica que é desenvolvida pode ser ilustrada com uma situação concreta. A cada vez, um único exemplo é suficiente; não se deve multiplicá-los, pois a dissertação pode se transformar em um catálogo. Escolha o exemplo mais marcante, o mais engraçado, o mais atual, ou, simplesmente, aquele que você conhece melhor... Contudo, cada exemplo deve servir para sustentar, dar apoio ou reforçar uma ideia anteriormente mencionada na dissertação.



Por fim, é essencial prestar atenção ao estilo da dissertação. Frases demasiado longas perdem todo o seu significado. O vocabulário jurídico deve ser sempre utilizado corretamente.

Finalmente, no que diz respeito à **conclusão**, como em todos os trabalhos jurídicos, ela não é obrigatória. A conclusão é opcional, porque, no final de II.B, presume-se que a demonstração e a argumentação estejam completas e finalizadas.



Um pequeno guia de metodologia jurídica francesa para trabalhos universitários destino a estudantes estrangeiros



COMENTÁRIO DE TEXTO OU DE ARTIGO DE LEI "COMMENTAIRE DE TEXTE"

O **comentário de texto** não é um exercício específico realizado pelos estudantes de Direito. No entanto, os estudantes de direito, por vezes, são solicitados a comentar um extrato de um texto de doutrina, de um texto de lei ou de um artigo de um código. É um exercício no qual o aluno é chamado a analisar e explicar o texto tanto de forma literal, como do ponto de vista jurídico, utilizando os conhecimentos adquiridos nas aulas.

A **chave do sucesso** no comentário de texto é começar sempre a partir do texto e a ele voltar repetidas vezes, porque o objetivo é fornecer uma explicação para o texto. É importante não escrever uma dissertação ou simplesmente parafrasear o texto. Para evitar estas armadilhas, é útil lembrar que o comentário implica trazer elementos para o texto, a fim de o clarificar. Assim, um trabalho que simplesmente reescreve o texto, repete-o (geralmente de forma menos eficiente) ou parafraseia-o (o que equivale a dizer a mesma coisa que o autor do texto, mas muito pior) não terá uma boa avaliação. Do mesmo modo, um trabalho que se limitar a reafirmar elementos da disciplina em relação ao tema do texto será insatisfatório, pois não atingirá os requisitos para um bom comentário de texto e corre o risco de se transformar em uma dissertação. Um método em cinco etapas pode ser proposto.

A fase preparatória:

Passo 1: Colocar o texto no seu contexto.

O primeiro passo é reunir toda a informação de que você dispõe sobre o texto a comentar.

Qual é o seu contexto histórico? Quem é o autor? Se possível, encontre elementos da sua biografia e situe esse autor em relação à história a ele contemporânea (era um reformista ou um classicista? Partilhava as ideias do



seu tempo? Estava à frente ou atrás dele?) De onde é extraído o texto? É de um código? Em caso afirmativo, de que parte do código? Localize o texto em um contexto geral e com relação aos artigos antecedentes e seguintes... É um extrato de um artigo de doutrina? Um artigo da imprensa?

Passo 2: Analisar o texto.

Para ter sucesso nesta etapa, é essencial ler diversas vezes o texto proposto. Recomenda-se procurar as definições dos termos principais num dicionário geral de língua francesa e num dicionário de vocabulário jurídico, mesmo que os termos lhe pareçam familiares à primeira vista.

Em seguida, é necessário realizar uma análise lógica e gramatical do texto. No entanto, é óbvio que um texto curto não pode ser analisado da mesma forma que um texto longo. No primeiro caso, cada palavra conta, pelo que é necessária uma análise palavra por palavra, e cada palavra precisa de ser examinada detalhadamente. No segundo caso, deve-se identificar as palavras ou expressões mais significativas, aquelas que melhor transmitem o significado geral do texto. Deve-se também determinar a estrutura do texto, seja do ponto de vista material como intelectual. O texto contém duas, três ou mais partes? O texto traça uma oposição entre assuntos ou um paralelismo? O texto traz uma clarificação/esclarecimento?

Passo 3: Confrontar o texto e a lei positiva.

Agora é preciso determinar qual foi o destino do texto, ou, se ele é recente, qual será o seu possível destino. Faça a si próprio as seguintes perguntas: Como tem sido interpretado o texto? Como tem sido aplicado na prática? Como tem sido recebido pela doutrina? A opinião ou proposta do autor influenciou o direito positivo? Também é preciso perguntar se o texto ainda é relevante hoje. Quando é que foi aprovado e por quê? O texto deu origem a análises doutrinárias ou soluções jurisprudenciais (o texto conflita com a jurisprudência ou a



confirma, responde a uma nova necessidade ligada ao princípio da legalidade etc.)?

Esta abordagem deve ser baseada nos seus conhecimentos pessoais (aulas, trabalhos, outras leituras etc.) sobre o tema tratado pelo texto. Conhece algum exemplo que ilustre a ideia desenvolvida pelo texto? Já leu textos que vão na mesma direção, ou, pelo contrário, na direção oposta?

No entanto, é preciso também incluir as suas críticas pessoais (positivas ou negativas) ao conteúdo do texto. A crítica pessoal, mesmo que seja diferente da opinião do autor ou da do examinador, é sempre admissível desde que devidamente justificada. A crítica pessoal injustificada equivale a um juízo de valor e é muito prejudicial à qualidade do comentário de texto.

Passo 4: Elaborar um inventário do conteúdo do comentário e construir um plano.

Esta é, novamente, a fase mais longa, a mais sensível e complicada. Esta fase requer que o estudante seja capaz de organizar e resumir. É importante tentar agrupar as ideias reunidas na terceira fase em duas linhas principais de pensamento.

Recomenda-se que a estrutura do comentário corresponda à do texto a ser comentado. Muitas vezes, uma leitura cuidadosa do texto permitirá identificar uma quebra lógica no texto, que poderá ser utilizada para construir um plano em duas partes. Se o texto levantar três questões distintas que não podem ser reduzidas a duas, um plano em três partes é admitido. Pelo contrário, quatro ideias poderão ser, na maioria das vezes, reduzidas a duas.

Para garantir que o comentário não se afaste demasiado do texto, não se deve hesitar em utilizar algumas das palavras deste nos títulos do plano. Contudo, o plano deve refletir um desejo de comentar o texto e não uma simples paráfrase. Em consequência, os títulos das partes (I e II) ou subpartes (A e B) do comentário



não devem ser apenas partes do texto comentado e sim devem demonstrar algum grau de esforço de reflexão pessoal do estudante.

A fase de redação:

Passo 5: Escrever.

Os conselhos gerais de redação delineados acima são aplicáveis a este trabalho.

Uma particularidade, no entanto, é a **introdução**. É necessário apresentar o próprio texto, e, em seguida, o seu contexto, graças aos elementos recolhidos durante a fase preparatória. Se o texto for curto, deve ser citado por inteiro; se for longo, o seu conteúdo deve ser resumido. Indique a data do texto, o que sabe sobre o seu autor, o seu contexto geral (histórico, no livro etc.), antes de identificar o problema que o texto suscita e anunciar o plano do seu comentário.

Ao escrever **o corpo do trabalho**, é importante lembrar que o comentário do texto não é uma dissertação. A estrutura e o respeito das mesmas regras formais (ver acima) não implica que o conteúdo seja o mesmo, nem que haja o respeito das mesmas regras substantivas. O comentário do texto é baseado num texto, pelo que é importante citá-lo regularmente, de preferência em passagens muito curtas. No *mínimo*, cada subparte deve ser baseada num extrato do texto. Em todo o caso, o trabalho deve ter como objetivo analisar os trechos objeto do comentário, identificar o seu sentido e examinar o seu significado e/ou adequação; dito de outra forma, o objetivo é acrescentar valor ao texto, em vez de simplesmente o reafirmar.

Não é necessária uma **conclusão**.



FICHA DE JURISPRUDENCIA (ANTES DE COMENTAR UMA DECISÃO JUDICIAL)

“FICHE DE JURISPRUDENCE” (PRELABLE AU COMMENTAIRE DE DECISION DE JUSTICE)

A **ficha de jurisprudência** é o trabalho que permite resumir e analisar uma decisão na sua totalidade. Na maior parte das vezes, será um acórdão proferido pelos tribunais (tribunais de segundo grau ou superiores), mas o método será exatamente o mesmo para uma sentença proferida em primeiro grau de jurisdição.

Este exercício é essencial por duas razões. Em primeiro lugar, deve ser feita uma ficha de decisão para cada decisão judicial presente nos exercícios propostos, mesmo que o enunciado do exercício não contenha esta obrigação. Em segundo lugar, trata-se de um exercício essencial pois a ficha de jurisprudência serve também como introdução ao comentário de uma decisão judicial. Este exercício não deve, portanto, ser negligenciado.

A ficha é dividida em seis fases essenciais correspondentes às fases da metodologia. A principal dificuldade que o estudante encontra na realização deste exercício é conseguir identificar, no âmbito da decisão, os elementos pertencentes a cada uma destas etapas. Esta dificuldade foi amenizada nos acórdãos proferidos pelo Tribunal de Cassação (Cour de cassation) a partir de 2019, pois as novas normas de redação preveem a formalização destas etapas em diferentes parágrafos (fatos e procedimentos, fundamentos, resposta do tribunal etc.) Na ficha de jurisprudência, as diferentes etapas devem imperativamente ser tratadas pela ordem abaixo indicada; no entanto, a redação da ficha deve permanecer fluida.

Passo 1: Introduzir a decisão.



Esta etapa consiste em apresentar a decisão numa única frase. A frase deve incluir o tribunal que proferiu a decisão, a data da decisão, e o assunto geral da decisão (por exemplo, "Nesta sentença de (data), o (tribunal) teve de decidir sobre a questão de (assunto)").

Passo 2: Resumir os fatos.

Um resumo dos fatos -- de todos os fatos e apenas dos fatos -- deve ser apresentado. Isto significa resumir (e não copiar!) os fatos que conduziram à decisão. Não vale a pena extrapolar o que é dito ou inventar o que não é dito na decisão. Este resumo deve ser redigido de forma objetiva, o que implica, entre outras coisas, expor a qualificação jurídica dos fatos. Isto significa que não se deve falar de "Sr. X" ou "Sra. Y", mas sim do autor e do réu, do vendedor e do comprador, da vítima e da pessoa responsável, do médico e do seu paciente etc. Não se trata de retirar os nomes das partes por uma questão de anonimato, mas de mostrar desde o início que a relação jurídica entre as partes em litígio foi compreendida.

Geralmente, os fatos são tratados no início da decisão.

Passo 3: Fazer um resumo do processo.

Após resumir os fatos, é necessário reconstituir o processo judicial seguido pelas partes até chegarem perante o tribunal que proferiu a decisão objeto do comentário, respeitando uma ordem cronológica, passo a passo. Para cada um dos tribunais inferiores àquele que proferiu a decisão, é necessário especificar quem é o autor e quem é o réu, e identificar a parte a favor de quem o tribunal decidiu. Para compreender isto, é por vezes necessário ler cuidadosamente toda a decisão. Por exemplo, se for feita referência a uma decisão "contrária", isto significa que os juízes que julgaram o recurso decidiram na direção oposta à dos juízes de primeira instância. Neste caso, é necessário indicar a primeira decisão. Se a decisão for "confirmativa", isto significa que os juízes que julgaram o



recurso decidiram da mesma forma que os juízes da primeira instância, o que também deve ser especificado. Se isto não estiver claro na decisão comentada, não deve ser feita qualquer referência à decisão de primeira instância. Não se podem inventar elementos processuais que não estejam declarados na decisão.

Naturalmente, quando se trata de apresentar uma decisão de primeira instância, esta etapa (passo 3) não será necessária.

Passo 4: Identificar as reivindicações das partes, o fundamento jurídico.

O objetivo aqui é apresentar os argumentos e os pedidos das partes, na decisão. Em geral, quando se trata de uma ficha de um acórdão negando provimento proferido pelo Tribunal de Cassação, os argumentos apresentados como fundamentos do recurso deverão ser expostos. Se for um acórdão de cassação da decisão do tribunal inferior será necessário repetir as razões do acórdão recorrido. Note-se que esta regra não se destina a ser aplicada a todos os casos: em particular, não se aplica aos casos de provimento parcial do recurso. Se a decisão a ser comentada lhe permite conhecer tanto os fundamentos do recurso como os fundamentos da decisão recorrida, então exponha estes argumentos opostos.

Passo 5: Identificar o “problema” jurídico.

Este passo é o mais importante e o mais difícil: é através do problema jurídico que se pode ver se a decisão foi compreendida. Deve-se buscar o problema jurídico ao qual os juízes tiveram de responder na decisão que está a ser fichada. Deve-se, então, formulá-lo em termos gerais e abstratos e utilizando a forma interrogativa.

O problema jurídico resulta do confronto dos argumentos apresentados na fase anterior (passo 4). Não se deve cair na armadilha de simplesmente transformar a solução adotada pelo tribunal numa forma interrogativa. Proceder desta



forma pode, em alguns casos, conduzir a uma má compreensão da decisão (particularmente no caso de improvimento com substituição dos fundamentos).

Esta é sem dúvida a fase mais sensível da ficha e a que demanda mais prática, a fim do estudante se familiarizar com ela. Na perspectiva (posterior) do comentário, o problema é semelhante ao problema de uma dissertação. Não deve ser demasiado específico (caso em que há um grande risco de parafrasear o julgamento) nem demasiado vago (caso em que há risco de se escrever uma dissertação). É essencial praticar para conseguir compreender o problema de direito e transcrevê-lo.

Passo 6: Explicar a solução.

É aqui que você deve indicar a resposta dada pelo tribunal ao problema jurídico que você identificou. Esta resposta está contida no dispositivo da decisão (anula a sentença ou indefere o recurso; infirma ou confirma a sentença do tribunal de primeira instância, etc.), mas sobretudo nas razões apresentadas pelo tribunal para justificar a sua decisão. Esta fase é dividida em duas partes.

Em primeiro lugar, a decisão deve ser examinada no sentido processual do termo: cassação ou rejeição para os acórdãos do Tribunal de Cassação (Cour de cassation), infirmação ou confirmação (provimento ou improvimento) para os acórdãos do Tribunal de Apelação (cour d'appel), concessão ou rejeição (procedência ou improcedência) do pedido para as decisões de primeira instância.

Em segundo lugar, a solução no sentido jurídico do termo deve ser identificada: ou seja, a base jurídica para a decisão. Isto significa explicar a forma como o tribunal interpretou a lei em vigor.

Este é também um passo muito importante, pois é a partir desta solução que o comentário pode ser construído de forma eficaz.



Passo 7 (opcional): Apresentar brevemente o interesse da decisão.

Quando você estiver redigindo a ficha de jurisprudência (independentemente da redação futura de um comentário sobre a decisão), você pode concluir a sua ficha, indicando os interesses práticos e teóricos da solução. Pode também mencionar se é uma decisão histórica, uma reviravolta na jurisprudência ou, pelo contrário, uma confirmação de tendência.

Caso o exercício seja um comentário, estes elementos devem estar presentes na redação do comentário.



Um pequeno guia de metodologia jurídica francesa para trabalhos universitários destino a estudantes estrangeiros



COMENTÁRIO DE UMA DECISÃO PROFERIDA POR UM TRIBUNAL "COMMENTAIRE DE DECISION DE JUSTICE"

O **comentário de uma decisão proferida por um tribunal** é um exercício no qual se pede ao aluno que proponha uma explicação e uma análise jurídica de uma decisão judicial, utilizando os seus conhecimentos obtidos nas aulas teóricas e práticas (travaux dirigés). Neste sentido, a sua metodologia é semelhante à metodologia do comentário de texto. Na metodologia proposta abaixo, serão destacadas as especificidades ligadas ao fato de o tema objeto do comentário ser uma decisão jurídica.

A **chave do sucesso** é fornecer uma verdadeira explicação da decisão a ser comentada, sem simplesmente reformulá-la, ou recitar a teoria vista em sala de aula sobre o tema abordado na decisão. Para o conseguir, é imperativo fazer a si próprio perguntas sobre a decisão objeto do comentário, e respondê-las no decorrer do comentário. É também importante não perder de vista que o que precisa ser explicado é a solução adotada pelo tribunal. Assim, deve-se evitar a armadilha de comentar (ou pior, parafrasear) todo o texto da decisão, criticando a decisão do tribunal ou os próprios fundamentos do recurso. Estes elementos são necessários para a explicação da decisão, mas só devem ser utilizados com vista a clarificar a solução dada pela decisão que você vai comentar. O objetivo dos seguintes tópicos é justamente fornecer ferramentas para ajudar a fazer as perguntas certas e assim enriquecer o seu trabalho.

É importante seguir estes passos.



A fase preparatória:

Passo 1: Ler e compreender a decisão a ser comentada.

Comece por ler a decisão na sua totalidade. Identificar as diferentes partes da sentença: fatos, procedimento, argumentos, problema jurídico e solução. Este trabalho preliminar, que corresponde ao trabalho de elaboração da ficha de jurisprudência, é essencial para a compreensão da sentença.

A análise deve incidir sobre a decisão adotada pelo tribunal. É portanto necessário proceder da mesma forma que para um comentário de texto: analisando cada palavra da sentença, ou seja, geralmente “le visa”, “l’attendu décisoire” e, se for o caso, “l’attendu de principe”.

Passo 2: Reunir elementos para explicar e analisar a decisão.

Se você estiver preparando o exercício para uma aula prática (travaux dirigés), é imperativo que você complete os seus conhecimentos das aulas teóricas lendo comentários sobre a decisão, o que requer um bom conhecimento dos artigos jurídicos. Esta leitura suplementar irá ajudá-lo a compreender a decisão e ajudá-lo a encontrar respostas a algumas das perguntas que você deve fazer a você mesmo. Como estudante, é possível que você não consiga responder sozinho a todas as perguntas.

Para isto, existe uma série de sete perguntas cujas respostas são susceptíveis de fornecer elementos importantes de análise para o comentário.

-Questão 1: Qual é o verdadeiro problema jurídico? É preciso começar por reformulá-lo para tentar descobrir o que está realmente por detrás do problema.

-Questão 2: Qual é o objetivo da decisão? Todas as decisões judiciais têm um objetivo mais ou menos claramente definido. Pode ser um objetivo puramente



jurídico ou um objetivo que vai além da lei: um objetivo moral, um objetivo social.

-Questão 3: A decisão está conforme à regra que ela aplica? Todas as decisões se baseiam num texto legal. É importante perguntar se a decisão está em conformidade com esta regra. Neste contexto, podem ser identificadas duas linhas de análise.

Em primeiro lugar, será que a decisão respeita *a letra da lei*? Isto consiste em perguntar se a decisão respeita o texto na leitura normal que se pode ter do mesmo. A resposta a esta primeira pergunta fornece elementos críticos em relação à decisão a ser comentada.

Em segundo lugar, será que a decisão respeita *o espírito do texto*? Para além de uma leitura do texto, qual é o seu espírito? Por detrás de cada proibição, cada nulidade, há um interesse superior que se enquadra no espírito de um texto. A decisão em questão respeita este interesse?

-Questão 4: Como é que a decisão se enquadra na jurisprudência? É uma decisão que vai contra o que foi decidido anteriormente? É uma decisão que trata de uma nova situação? Ou é simplesmente uma decisão que repete uma solução clássica? É sempre interessante examinar uma decisão em relação às que a precedem. Se a decisão é contrária à corrente tradicional: porque é que os juízes mudaram de ideia? Se a decisão for consistente com as que a precederam: fornece ela, no entanto, novos elementos ou esclarecimentos?

-Questão 5: O que teria acontecido se a decisão tivesse sido o oposto? Esta pergunta dá a você uma nova perspectiva sobre a decisão. Muitas vezes permite perceber se a decisão está de acordo com o estágio atual da sociedade, ou se está atrasada com relação à sociedade, ou mesmo completamente desfasada dela.

-Questão 6: Quais são as consequências jurídicas, econômicas e sociais da decisão? É necessário ir mais longe do que a simples decisão apresentada. É assim que você encontrará argumentos em relação ao mundo circundante;



estes argumentos não constituirão o objeto central da decisão, mas irão enriquecê-la. É sempre valorada a interpretação de uma decisão de acordo com os assuntos atuais, centrados na economia ou nas questões sociais.

-Questão 7: Que críticas podem ser feitas à decisão? É aqui que o aluno deve fazer um esforço de crítica e de análise pessoal.

A decisão deve ser avaliada em relação ao ambiente jurídico exterior (em relação à pergunta 3), dizendo se está ou não em conformidade com as tendências.

O passo seguinte consiste em fazer uma avaliação pessoal dos fatos. Trata-se de responder à pergunta: *"independentemente de quaisquer considerações de ordem jurídica, será esta uma boa decisão?* No entanto, é preciso ter o cuidado absoluto de não fazer juízos de valor. Uma resposta do tipo *"é uma boa decisão"*, sem argumentos para apoiar a observação, seria inútil.

Costuma-se combinar as respostas a todas estas perguntas dizendo que o comentário de uma decisão judicial deve incluir três níveis de análise: o significado, o valor e o impacto do julgamento.

-O significado do julgamento: este primeiro nível de análise significa saber explicar a solução, o significado das palavras, o raciocínio do tribunal. Qual é a base textual utilizada? O que diz o considerando de princípio, se não houver uma base textual? Que interpretação faz o tribunal do texto em questão: *a contrario, a fortiori, a pari?*

-O valor do julgamento: este segundo nível de análise corresponde à crítica, positiva ou negativa. A solução é coerente: com os fatos? com o estágio da lei? É nesta fase que podemos ir ao ponto de perguntar: a solução parece justa e moral? Para fazer esta avaliação, a solução escolhida deve ser comparada com a(s) outra(s) solução(ões) que poderia(m) ter sido adotada(s).

-O impacto do julgamento: este último nível corresponde à determinação do impacto da decisão no seu contexto jurídico, temporal e social. É uma decisão



histórica ou de especial relevância, ou é uma decisão básica? É uma nova solução? Uma inversão na jurisprudência? Se a solução proposta não for clara, que esclarecimentos serão necessários no futuro? Esta decisão, por sua vez, levanta outras questões? Quais poderiam ser as consequências desta decisão: jurídicas (sobre outros assuntos), econômicas, sociais, práticas? Ou quais são estas consequências (se a decisão é antiga e sabemos o que aconteceu após ela ter sido proferida)? Foi tomada outra decisão ou uma lei entrou em vigor desde então?

Passo 3: Elaborar o sumário.

Com base nas respostas a todas as perguntas acima mencionadas, deve ser elaborado um sumário, cuja construção deve, em princípio, ser binária.

Aqui estão alguns conselhos para fazer um sumário coerente.

Primeiramente, o sumário não tem de ser particularmente original. Existem planos simples e eficazes que não devem ser evitados, se corresponderem à decisão que é comentada (noção/regime; princípio/exceção...). Do mesmo modo, se a decisão diz respeito a duas ideias distintas, ou duas questões de direito, o plano deve logicamente incluir estes dois elementos. Por exemplo, se houver dois fundamentos decisivos, não se deve evitar seguir o plano da própria decisão.

A seguir, é importante ter em conta a data da decisão. Se for muito antiga ou muito recente, o sumário terá que tomar em consideração esta cronologia, e será possível fazer uma parte inteira sobre o que precedeu a decisão ou o que foi decidido depois. Quando o exercício pede para comentar uma decisão muito antiga ou muito recente, é esta temporalidade que deverá ser explicada ou analisada.

Finalmente, alguns sumários devem ser evitados, uma vez que seriam irrelevantes para o exercício. Por exemplo, são considerados irrelevantes os



seguintes sumários: I Juízo de primeira instância - II Juízo de segunda instância; I O objeto do recurso II A solução. Uma vez que o tema do comentário é a solução adotada pelo tribunal (na maioria das vezes o Tribunal de Cassação), metade do trabalho será irrelevante se um destes sumários for seguido. Evidentemente, os fundamentos do recurso e as razões da decisão do juízo de primeira instância devem estar presentes, mas apenas como um apoio da análise da solução em questão.

Em geral, lembre-se que a escolha dos títulos deve ser pertinente, isto é, esclarecedora, para a decisão específica que está sendo comentada. Para verificar este ponto, pergunte a si mesmo se os títulos podem ser aplicadas a um acórdão sobre um tema diferente (por exemplo "*o futuro da decisão*"; "*a solução crítica do Tribunal de Cassação*" - é bom criticar, mas é ainda melhor explicar o que se está sendo criticado).

Uma vez definido o seu sumário, verifique se ele corresponde realmente às expectativas do exercício. O sumário aborda o problema legal que você identificou? O sumário abrange os três níveis de análise necessários (significado - valor - impacto)? Se a resposta a estas duas perguntas for sim, então pode prosseguir para a fase da redação.

A fase de redação:

Passo 4: Escrita.

A **introdução**, como em qualquer exercício teórico, deve começar com uma frase "gancho" -- uma frase que chame a atenção para o tema --, em vez de começar diretamente com uma frase que introduz a decisão. Quanto ao resto, a introdução é feita de elementos da ficha de jurisprudência da decisão comentada. Você deverá, portanto, repetir os passos já vistos anteriormente. No entanto, as diferentes partes da ficha de jurisprudência não têm de ficar aparentes no corpo do texto. Esta introdução deve ser escrita de uma forma fluida.



Como parte do comentário, após apresentar o problema jurídico a que o tribunal teve de responder, você pode propor um problema mais geral, que permitirá considerar o julgamento num contexto mais amplo. No entanto, isto não deve ser demasiado amplo, caso contrário é um sinal de que você vai escrever uma dissertação sobre o assunto em vez de um comentário sobre a decisão.

Depois de ter exposto o problema, no final da introdução você deve apresentar a solução adoptada pelo tribunal. Se a solução for longa, pode resumi-la; se for curta, pode citá-la.

Finalmente, anuncia-se claramente e de forma aparente o plano escolhido para explicar esta solução. Use fórmulas flexíveis, tais como "primeiro... [I], depois... [II]", em vez de "numa primeira parte...".

Quanto ao resto, a escrita do **texto** deve satisfazer os critérios desenvolvidos nos conselhos gerais. Uma vez que se trata de um comentário de decisão, o conselho específico para este tipo de exercício (comentário de um texto ou artigo de lei) é aplicável aqui: você deve ser fiel ao texto comentado. Cite regularmente palavras da solução, e certifique-se de que cada subsecção pode ser ligada a uma parte da solução (e não da decisão).

Tal como nos outros exercícios teóricos, não é necessária uma **conclusão**.



Um pequeno guia de metodologia jurídica francesa para trabalhos universitários destino a estudantes estrangeiros



CASO PRÁTICO "CAS PRATIQUE"

O **caso prático**, também chamado "consulta jurídica", é um exercício específico da disciplina jurídica, em que se pede ao estudante que resolva uma situação jurídica geralmente conflituosa, como um advogado teria de fazer na prática. Permite a avaliação tanto dos conhecimentos teóricos do aluno como da sua capacidade de identificar o problema a ser resolvido e responder ao mesmo utilizando o método do silogismo.

A **chave para o sucesso** do caso prático é ser capaz de resolver a situação concreta descrita no enunciado, identificar precisamente o problema a ser resolvido, e solucioná-lo utilizando a regra jurídica correta. É necessário abordar o caso de forma exaustiva, mas tudo o que for escrito deve ter foco em resolvê-lo: não faz sentido repetir todos os conhecimentos teóricos adquiridos na sala de aula sobre o assunto (a evolução histórica de uma regra jurídica não tem qualquer utilidade para responder a uma consulta jurídica sobre direito positivo). Uma forma de evitar esta armadilha é colocar-se realmente no lugar de um advogado e responder ao pedido do cliente. Isto significa esquecer que é um estudante, que tem frequentemente tendência de querer mostrar ao seu professor que adquiriu todos os conhecimentos ensinados em sala de aula. Isto pode ser perigoso, pois leva frequentemente os estudantes a responder a perguntas que não existem no enunciado, ou mesmo a defender a posição do adversário, quando, na verdade, o enunciado especifica claramente quem o estudante deve defender.

Tenha em mente que através deste exercício você deve demonstrar as suas capacidades de raciocínio. Por vezes várias soluções podem ser corretas, e se o seu silogismo for legalmente sólido, o seu trabalho será avaliado positivamente mesmo que não seja necessariamente a solução que o professor tinha em mente quando redigiu o caso concreto a ser analisado.

A resolução de um caso prático é feita respeitando várias etapas, que correspondem às fases do silogismo.



A fase preparatória:

Passo 1: Ler cuidadosamente o enunciado.

O enunciado consiste numa descrição dos fatos, mais ou menos detalhados, fantasiosos e imaginários. Comece por ler este enunciado cuidadosa e ativamente, com a caneta na mão, para anotar, a partir desta primeira leitura, quaisquer pistas ou termos que façam lembrar de algo que você tenha visto na aula, e escreva-as no seu papel de rascunho. Nem todos estes elementos serão úteis ao final, mas este esforço prévio compensa porque a sua primeira intuição está muitas vezes certa, porém, pode ser que você, mais tarde, esqueça alguns dos elementos relevantes que lhe vieram à mente quando leu as pistas presentes no enunciado.

No final do enunciado, existem dois tipos de situação. A primeira e mais simples é quando uma ou mais perguntas são expressamente formuladas (por exemplo: Pode o Sr. X obter uma compensação pela sua perda? Como pode ser estabelecida a relação entre A e B?). Neste caso, cabe ao estudante responder a estas perguntas, possivelmente reformulando-as sob a forma de uma questão puramente jurídica, ou seja, em termos jurídicos e sem referência às pessoas citadas no enunciado. No segundo caso, as perguntas não são claramente expostas, e pode encontrar uma pergunta geral como "*O que você pensa da situação?*" ou "*Quid juris?*" Cabe então ao estudante se questionar sobre os diferentes problemas presentes na situação descrita e resolvê-los.

Passo 2: Identificar os problemas.

O primeiro passo na identificação dos problemas é ordenar os fatos descritos no enunciado, de modo a que apenas os fatos jurídicos relevantes sejam retidos. Alguns professores irão inserir deliberadamente elementos factuais para causar distração e que não têm qualquer impacto na resolução do problema jurídico. Isto é, em última análise, o que acontece quando um cliente não advogado vem



ver o seu advogado. Assim, apenas os fatos relevantes para a resolução do caso devem ser considerados.

A sua resposta deve também limitar-se estritamente aos fatos apresentados no enunciado. Deve-se evitar a armadilha de desperdiçar tempo e energia a extrapolar a partir dos fatos do enunciado. Se o enunciado não aborda um ponto específico, é porque o professor não quis, sendo assim não perca tempo inventando coisas, mesmo que a sua invenção pareça dar mais substância ao enunciado. Desta forma, assim que você começar a pensar "se a pessoa tivesse feito assim, então...", isto significa que esta questão não faz parte do enunciado.

No caso de um exercício com uma questão aberta, é este estudo dos fatos que lhe permitirá identificar os vários problemas jurídicos suscitados pelo enunciado.

Passo 3: Encontrar a regra aplicável.

Este é a etapa central. Exige um bom conhecimento teórico, mas também um bom domínio da norma que trata o assunto em questão, bem como conhecimento da jurisprudência. A norma não pode ser usada como um resumo das notas que você tomou durante as aulas. A norma somente será eficaz se for utilizada para além dos conhecimentos adquiridos nas aulas e se tiver sido utilizada durante as revisões e o estudo para o exame ou a prova.

A regra aplicável ao problema deve ser, em primeiro lugar, um artigo de lei. Mas por vezes a lei foi esclarecida ou interpretada pela jurisprudência. Nesses casos, a decisão paradigma (arrêt de principe) deve especificar a regra aplicável ao caso em questão, para além do artigo de lei.

Um erro comum a evitar é utilizar decisões judiciais encontradas no código no dia do exame para resolver o caso, porque os fatos parecem os mesmos. Esta nunca é a abordagem correta, por várias razões.



Primeiramente, só as decisões paradigma (arrêt de principe) podem ser utilizadas como regras aplicáveis, porque são a únicas que podem ser consideradas como estabelecendo uma regra jurídica. Estas foram obviamente estudadas na sala de aula e estarão destacadas por você no código antes do exame ou da prova.

Todas as outras decisões são inúteis e devem ser descartadas do seu raciocínio. Em primeiro lugar, obviamente, se a decisão não tiver sido vista na aula, o seu professor não espera que você a conheça para resolver o caso concreto. Em segundo lugar, porque provavelmente são decisões específicas ou especiais e, portanto, não têm interesse para resolver um caso prático (voltaremos a este ponto). Finalmente, porque você não as leu e o trecho escolhido pela editora do seu código pode ser enganador: você pode ter a impressão de que corresponde aos fatos do *caso prático*, mas raramente é assim e o seu professor irá verificar a exatidão da decisão citada.

Mas sobretudo, procurar uma decisão correspondente aos fatos ao invés de procurar a regra jurídica aplicável é considerado um grave erro para um advogado francês! Nos países de direito continental, parte-se da regra jurídica para a aplicar aos fatos, mas nunca de uma decisão judicial já proferida, para aplicá-la aos fatos. O direito francês não conhece a regra do “precedente”; uma tal forma de resolver o *caso prático* seria, portanto, totalmente incorreta.

Passo 4: Confrontar a regra com o “caso prático”.

É aqui que é necessário refletir. Esta fase deve responder à pergunta "*como é que aplico a regra jurídica ao problema exposto?*" A consideração cuidadosa do regime e das condições de aplicação da regra deverá permitir uma resposta precisa ao problema e fornecer uma solução jurídica coerente. Deve-se verificar se cada condição, cada elemento do regime jurídico é ou não corroborado por um ponto dos fatos, a fim de poder resolver o caso.

A fase de redação:



Passo 5: Redigir utilizando a técnica do silogismo.

A solução do caso prático não segue os mesmos requisitos formais apresentados acima para os outros exercícios. Não é, portanto, necessário redigir uma introdução ou um sumário binário. No entanto, o seu professor irá apreciar um esforço na estruturação da sua resposta. A redação da resposta será logicamente construída em torno dos problemas levantados. Se houver vários problemas, recomenda-se a identificação de cada um, e cada um deve ser tratado em uma parte separada da resposta. Por conseguinte, não há nada errado em estruturar a resposta em tantas partes quantos problemas há, mesmo que haja muitos problemas. O equilíbrio clássico do plano binário não faz sentido aqui.

A redação do caso prático deve, no entanto, seguir requisitos formais rigorosos, mas estes são-lhe específicos e estão relacionados com a necessidade de respeitar as fases do silogismo. Se forem identificados vários problemas, será necessário fazer *pele menos* um silogismo por problema.

A solução de cada problema deve começar com **um resumo dos fatos** correspondentes. Em nenhuma hipótese, o enunciado deve ser simplesmente copiado.

O primeiro requisito é sintetizar os fatos a fim de reter apenas os que são relevantes. Isto significa, antes de mais, que só se deve relacionar fatos que estão realmente presentes no enunciado, sem acrescentar hipóteses. Assim, se você utilizar "se", (por exemplo "se o vendedor tivesse feito..."), você já não está a responder à pergunta. Isto significa também que só devem ser incluídos elementos juridicamente relevantes (excluindo as "distrações" inseridas pelo seu professor no enunciado). Finalmente, isto significa que todos os fatos que serão úteis para resolver o problema devem ser apresentados, mas apenas estes. Assim, se houver várias questões jurídicas, você terá de escrever vários



resumos de fatos: cabe a você reunir os elementos relacionados com cada um dos problemas.

Segundo requisito: dar uma qualificação jurídica aos fatos. O enunciado é escrito em linguagem '*leiga*', como se fosse uma pessoa qualquer contando ao seu advogado os seus problemas. O estudante deve, então, traduzir estes problemas para a linguagem jurídica. É também por esta razão que o estudante deverá substituir o nome das partes por uma qualificação legal apropriada ("Sra. X" torna-se "o empregado"; "François" é identificado como "o comprador"; "o vizinho" é descrito como "o terceiro" etc.). Isto também mostra desde as primeiras linhas que você compreendeu as relações jurídicas presentes na situação. Deste ponto de vista, não se deve antecipar a resolução do caso. É claro que quando os fatos são descritos, uma parte do trabalho de qualificação jurídica é logo evidenciado. No entanto, este trabalho irá continuar durante a resolução do caso prático. O estudante, a depender do caso, determinará o que é óbvio em termos de qualificação e decorre da leitura do enunciado, e aquilo que é próprio da resolução do caso prático. Neste segundo caso, será necessário resolver o problema jurídico utilizando o silogismo. Se for o caso, resolva primeiro o silogismo para em seguida prosseguir com a qualificação.

O resumo dos fatos relevantes é diretamente seguido pelo **problema jurídico**, ou seja, o problema a ser resolvido. Isto deve ser escrito utilizando-se a forma interrogativa, utilizando termos puramente jurídicos, e de forma objetiva (em outras palavras, sem referência às partes envolvidas). Verifique se o problema jurídico corresponde à situação do cliente que o procurou para ter a sua opinião, de modo a evitar responder a uma pergunta que estaria antecipando a defesa do seu oponente... Nenhum advogado pode se dar ao luxo de um tal mal-entendido, e mesmo que o seu raciocínio esteja correto, não é este o objeto da avaliação.

Uma vez a pergunta formulada, passamos à sua **resolução**. É aqui que o método **do silogismo** deve ser seguido. A resposta parte de uma premissa maior, passa por uma premissa menor e chega a uma conclusão.



A **premissa maior** do silogismo corresponde ao anúncio da regra aplicável ao problema e que permite resolvê-lo.

Como explicado acima, a regra será, na maioria dos casos, um texto normativo. Deve-se, portanto, citar o texto ou textos que estabelecem as regras aplicáveis. Não se limite a citar o número do artigo que se aplica ao caso. Você deve copiar o artigo entre aspas se ele for curto, ou repetir os elementos essenciais se ele for muito extenso. Explique o regime desta regra: o princípio e a exceção, as diferentes condições de aplicação, etc. Mais uma vez, explique apenas os elementos do regime que são relevantes, isto é, úteis para resolver o caso, de modo a não fazer uma dissertação. Não se espera que sejam explicados elementos que não ajudam a resolver o caso; mesmo que os seus desenvolvimentos estejam corretos, você terá apenas desperdiçado tempo. Por exemplo, se os fatos consistem em um vício de consentimento que é a fraude, não explique o regime jurídico da coação, sob o pretexto de que se trata também de um vício de consentimento. Por outro lado, se houver uma possível dúvida entre duas qualificações, você deverá explicar os dois regimes, a fim de justificar por que razão você excluiu um em favor do outro.

Nos casos em que existem simultaneamente regras de direito especiais e gerais sobre a questão, você deverá começar por um silogismo que verifique a aplicação das regras especiais. Esta lógica é imposta pela regra que a norma especial derroga a norma geral (*specialia generalibus derogant*). Assim, se as condições para a aplicação da lei especial estiverem preenchidas, então a regra geral é posta de lado, pelo que não há necessidade de verificar a sua aplicação ao caso. Pelo contrário, é apenas porque você demonstrou que a lei especial não se aplica ao caso que se justifica a aplicação da regra geral.

Por vezes a regra normativa terá sido interpretada, complementada, por uma decisão judicial. Por conseguinte, na premissa maior do silogismo, também se deve mencionar estas decisões paradigma (*arrêts de principe*). Mas apenas as decisões paradigma devem ser incluídas na premissa maior. Com efeito, estas



decisões têm aí o seu lugar porque dão uma interpretação dos textos em questão, ou estabelecem uma regra na ausência de textos, e como tal, são parte integrante da regra jurídica.

Nesta fase, a declaração das regras aplicáveis deve permanecer completamente objetiva: não se deve, de forma alguma, mencionar o problema a ser resolvido.

A **premissa menor** corresponde à aplicação escrupulosa da regra jurídica, anteriormente apresentada, aos fatos. Cada passo do regime descrito na premissa maior precisa estar relacionado com os fatos. Cada condição, cada exceção, precisa ser verificada. Para isto, você deve referir-se a todos os elementos de fato presentes no enunciado e que lhe permitem caracterizar a aplicação da lei aos fatos. Isto parece repetitivo com a premissa maior? Não se você somente citou a regra de direito aplicável na premissa maior. Somente agora você fará a sua aplicação aos fatos do caso concreto.

Nesta fase, e só nesta fase, você poderá citar uma decisão judicial como precedente. Tal decisão não tem a força de uma lei e nunca deve ser incluída na premissa maior. Não é, portanto, por si só, útil para resolver o caso prático. Se, no entanto, você tiver conhecimento (após verificar a decisão judicial) de um julgamento que corresponda exatamente aos fatos do caso prático, então você pode citá-lo no final do seu silogismo, com o intuito de reforçar o seu raciocínio. Esta é uma forma de mostrar que a sua aplicação da lei aos fatos é susceptível de estar correta, uma vez que os juízes já decidiram desta forma. Porém, mais uma vez, na ausência de um regime de precedentes, o advogado francês não é obrigado a pensar da mesma forma que um juiz, e uma decisão judicial nunca pode ser utilizada como base para uma resolução do caso. A menção a uma decisão judicial pode tranquilizar o estudante, mas não vai acrescentar pontos na nota e poderá fazer perder tempo. Portanto, tenha cuidado com esta tentativa, porque o tempo é precioso durante um exame ou uma prova.



A fronteira entre a premissa maior e a premissa menor é intransponível: os fatos do caso não devem ser mencionados na premissa maior; uma regra de direito não deve ser explicada na premissa menor.

Finalmente, a **conclusão** é, por sua vez, uma etapa que não deve ser esquecida. O enunciado apresenta um problema e é imperativo que o estudante responda a este problema. Se várias soluções forem possíveis, é aconselhável especificar qual delas parece ser a mais relevante, porque é isso que se espera de um profissional do direito, e é esse o objetivo do exercício.

Mas não pense que a conclusão, embora fundamental, seja suficiente para responder ao caso prático! O que importa neste exercício não é tanto que se dê a solução certa, mas sim que o raciocínio seja o correto. Esteja ciente de que uma conclusão claramente correta, mas apresentada sem o correspondente raciocínio jurídico, não permitirá ao seu professor considerar que o exercício foi concluído corretamente. Por outro lado, se for dada a base legal correta, o professor poderá ver que o raciocínio utilizado estava correto. Portanto, se não houver tempo suficiente, é preferível iniciar o silogismo mesmo que isso signifique não ter tempo para terminar: mostrar a base jurídica correta na premissa maior será sempre mais inteligente do que diretamente concluir com a solução certa, mas sem explicar os fundamentos jurídicos de tal conclusão.



Um pequeno guia de metodologia jurídica francesa para trabalhos universitários destino a estudantes estrangeiros



BÔNUS: CONSELHOS ADICIONAIS DE ESTUDANTES QUE SOBREVIVERAM À FACULDADE DE DIREITO FRANCESA

Antes de mais nada, parabéns! Se você está a ler estas linhas agora, é porque você decidiu vir estudar direito na França.

Como verá, os estudos jurídicos na França estão essencialmente centrados na teoria. Os exercícios com que será confrontado são teóricos e muito acadêmicos, mas essenciais para compreender e dominar o raciocínio jurídico.

Existem cinco tipos principais de exercícios: a dissertação, o comentário de um texto ou artigo de lei, a ficha de jurisprudência, o comentário de uma decisão judicial e o caso prático. Estes são os exercícios com os quais você será confrontado durante os seus estudos aqui, e que terá de compreender, aprender a metodologia apropriada e praticar.

Para ajudá-lo a compreender melhor o que lhe será exigido durante os seus estudos universitários em França, nós, estudantes franceses habituados a este tipo de trabalho, redigimos uma pequena série de dicas para auxiliar a entender os objetivos destes exercícios. Esperamos que as seguintes dicas lhe sejam úteis e que, juntamente com o resto deste guia, você tenha sucesso nos seus estudos.

- Não deixe de **fazer tópicos** dos principais conceitos que você vir em sala de aula (ou em livros). Isto permitirá ter uma abordagem mais visual do que está estudando, o que pode ser útil na compreensão de um assunto.

-Durante as avaliações, faça o seu melhor para **identificar as questões dos enunciados**.



Não tenha pressa. Quanto mais tempo e atenção, maior a probabilidade de você ir ao ponto daquilo que os professores esperam de você e evitar digressões fora do tema.

- **Usar a doutrina.** No direito francês, a doutrina desempenha um papel importante e é valorizada pelos profissionais do direito. Trabalhar a partir de manuais e das notas do que foi dito em sala de aula não é suficiente. Pesquisar em outras bases de dados jurídicas ou na biblioteca permitirá ter uma outra perspectiva sobre um assunto e expandir o seu conhecimento. Quanto mais ampla for a sua perspectiva sobre um conceito específico, maior será a probabilidade de obter uma nota melhor!

- Quando estudar uma decisão judicial, lembre-se de ter em conta **os elementos econômicos, sociais, políticos e casuísticos** que influenciam os tribunais. Nenhuma decisão é tomada sem levar em conta estes elementos, quer explícita, quer implicitamente. A menção destes elementos no seu documento irá certamente funcionar a seu favor!

- **Organize as suas ideias.** Um elemento chave da metodologia francesa é a forma binária do plano. Isto também deve refletir-se no seu processo de pensamento. A qualidade será sempre mais apreciada do que a quantidade. Não se pode passar por um tópico inteiro num único exame. Em vez disso, tente concentrar-se numa linha específica de pensamento e organizar os seus conhecimentos em torno dela.

- **Leia a pergunta cuidadosamente.** Para exercícios de comentários, você deve ler atentamente o texto em questão, a fim de compreender ao máximo e extrair todos os elementos que lhe permitirão identificar o problema. No caso de uma dissertação, escreva a pergunta no meio do seu rascunho e analise cada palavra, pois cada palavra irá condicionar a sua interpretação do tópico.

- **“Brainstorm” (questione as suas ideias)** antes de começar realmente a escrever o seu exercício. Isto irá ajudá-lo a organizar as suas ideias.



Aconselhamos você a escrever tudo o que sabe sobre o tema num rascunho de papel. Depois divida outra folha de papel em quatro, para representar as quatro partes do seu exercício - I. A) e B), II. A) e B) - e tente dividir as suas ideias nas quatro partes.

- **Aprenda a gerenciar o seu tempo**, ao praticar em casa ou na biblioteca, tente colocar-se nas condições do exame para ver se consegue cumprir o limite de tempo. Não se deve gastar mais de metade do tempo no seu rascunho, pois a fase de escrita é longa.

- **Faça pesquisas** para complementar o conteúdo tratado na sala de aula. Isto dará a você uma melhor compreensão de certas ideias, aumentará os seus conhecimentos pela leitura de doutrina e jurisprudência, e fornecerá ideias para a sua conclusão e para as suas linhas de estudo.

- **Não parafraseie o texto**. Quando se trata de comentar uma decisão judicial, que parece ser o exercício mais difícil para os estudantes estrangeiros, a armadilha mais importante a evitar é a paráfrase. Você não deve copiar o que o tribunal disse, mas analisar a decisão. Forme as suas próprias frases de acordo com as ideias que deseja tratar. No entanto, você pode citar partes da decisão, entre aspas, para apoiar o seu raciocínio.



Um pequeno guia de metodologia jurídica francesa para trabalhos universitários destino a estudantes estrangeiros



CONSELHOS BIBLIOGRÁFICOS

- Association Henri Capitant, G. Cornu (dir.), *Vocabulaire juridique*, PUF, coll. Quadrige 14^{ème} éd., 2022
- Association Henri Capitant, G. Cornu (dir.), *Dictionary of the Civil Code*, LexisNexis, 2014
- Droit de la France*, Bibliothèque de l'Association Henri Capitant, LGDJ, 2016
- The Legal system of France*, Library of the Association Henri Capitant, 2020
- H. Fulchiron, L. Heck, *Introduction au droit français*, LexisNexis, 2^{ème} éd., 2020
- N. Blanc, D. Mazeaud, *Méthodes générales de travail*, Lextenso, 4^{ème} éd., 2020

ABREVIATURAS DOS PRINCIPAIS PERIÓDICOS JURÍDICOS

- D.* = Recueil Dalloz
- JCP* = Semaine juridique (Juris-Classeur Périodique)
 - G* = édition générale
 - N* = édition notariale
 - E* = édition entreprise
 - S* = édition sociale
- RTDCiv* = Revue trimestrielle de droit civil
- RTDCom* = Revue trimestrielle de droit commercial
- Gaz. Pal.* = Gazette du Palais
- Def.* = Répertoire du notariat Defrénois
- LPA* = Les petites affiches



Um pequeno guia de metodologia jurídica francesa para trabalhos universitários destino a estudantes estrangeiros



Um pequeno guia de metodologia jurídica francesa para trabalhos universitários destino a estudantes estrangeiros

L'étudiant étranger venant poursuivre ses études en France exprime souvent les difficultés sérieuses qu'il rencontre lors de la découverte de la méthodologie « à la française », et notamment de la structure souvent binaire de la réflexion du juriste français.

La forme et la méthodologie n'étant qu'un reflet du fond et de la façon de penser, c'est tout naturellement que l'Association Capitant a souhaité relever le défi de faciliter l'accès des étudiants étrangers à la méthodologie des exercices juridiques français, et par là, plus largement, à la culture juridique française.

C'est ainsi qu'est mis à leur disposition un « Petit guide de conseils méthodologiques des exercices de droit français à destination des étudiants étrangers », en plusieurs langues.

L'étudiant y trouvera des *conseils généraux*, suivis de fiches méthodologiques relatives à la *dissertation*, au *commentaire de texte ou d'article de loi*, à la *fiche de jurisprudence*, au *commentaire de décision de justice* et enfin au *cas pratique*.

ASSOCIATION HENRI CAPITANT

12, Place du Panthéon
75005 Paris
contact@henricapitant.org
www.henricapitant.org



@AssoCapitant
@associationhenricapitant

#AssoCapitant
#AHC
#Capitant

Association reconnue d'utilité publique en France, par décret du
Gouvernement en Conseil d'État en date du 12 juillet 1939.